



Exmo. Senhor Presidente

da Comissão Parlamentar de Economia e
Obras Públicas

Deputado Pedro Pinto

S. Bento, 22 de janeiro de 2014

Assunto: Audição, com caráter de urgência, do Ministro da Economia, António Pires de Lima

Desde de que tomou posse, o Executivo prometeu repetidamente um corte drástico nas rendas das parcerias público-privadas rodoviárias. A meta prevista para alcançar em 2013 era de 250 milhões de euros, tendo o Executivo prometido aumentar esse valor para 300 milhões de euros.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda sempre duvidou da vontade do Governo de levar a cabo estes cortes. Nos últimos dias a comunicação social começou a dar nota do adiamento para 2014 dos cortes previstos para 2013. Foi o próprio presidente da Estradas de Portugal que confirmou, no Parlamento, que nenhum contrato de renegociação foi ainda fechado.

Simultaneamente vemos que os custos previstos no OE 2014 aumentaram em relação ao OE 2013 e que os encargos líquidos não param de subir de ano para ano.

A única medida sobre as parcerias público-privadas executada é a introdução de portagens nas ex-SCUT.

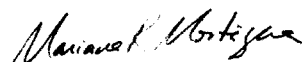
DIVISÃO DE APOIO AO GOVERNO		CS
COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS		0275
CEOP		
N.º ÚNICO	485362	
ENTRADA/SAÍDA Nº	57	DATA 11/01/14

O Executivo corta salários, reduz reformas, aumenta o IVA e o IRS, reduz na saúde, educação e no apoio aos desempregados. No entanto, é incapaz de cortar os encargos dos cidadãos com as parcerias público-privadas.

Tendo em conta a importância deste dossiê, as promessas efetuadas pelo Governo e os novos dados, não confirmados, vindos a público, é essencial que o Governo venha ao Parlamento prestar esclarecimentos sobre as parcerias público-privadas e a sua reforma.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer, com caráter de urgência, a audição do Ministro da Economia, António Pires de Lima.

A Deputada do Bloco de Esquerda,



Mariana Mortágua